



RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

APRESENTAÇÃO

O Consórcio Público Rio Guandu associação pública, de direito público, tem como finalidade executar a gestão associada de serviços públicos e implementar políticas públicas comprometidas com a recuperação ambiental, com o processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental, e com os interesses comuns dos municípios consorciados, sendo eles: Baixo Guandu, Brejetuba, Conceição do Castelo, Itaguaçu e Laranja da Terra, todos do Estado do Espírito Santo.

Os Consórcios Públicos, criados com base na Lei 11.107/2005 estão sujeitos aos mesmos princípios da Administração Pública, conforme artigo 37 da Constituição Federal: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. E a execução das despesas do Consórcio Público atende às normas de direito público: Licitação, Celebração de Contrato, Prestação de Contas submetida ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES), Admissão de Pessoal por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e Contratos de Rateio (instrumento de repasse de recursos financeiros dos municípios ao Consórcio).

A Estrutura Organizacional do Consórcio Público Rio Guandu está composta, conforme a Cláusula Nona do Contrato de Consórcio Público, em três níveis:

- I – Direção Superior: Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Presidência;
- II – Gerência: Secretaria Executiva e Serviços de Assessoria e Consultoria Contábil, Jurídica e de Gestão de Convênios e Captação de Recursos;



III – Execução Programática: Assessores de Projetos, Gerentes de Projetos e Departamento de apoio administrativo (Chefe, Assistente e Auxiliar Administrativo).

A Assembleia Geral como instância máxima deliberativa do Consórcio Público Rio Guandu, formada pelos chefes dos poderes executivos dos entes consorciados foi presidida pela diretoria eleita para o biênio 2021/2022, Sr. Christiano Spadetto, Prefeito de Conceição do Castelo e o Vice-Presidente, Sr. Josafá Storch, Prefeito de Laranja da Terra. Em 2021 foram realizadas quatro reuniões, sendo duas extraordinárias (janeiro e maio) e duas ordinárias¹ (março e agosto).

O Conselho Fiscal responsável por exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, composto por cinco membros, sendo um de cada município consorciado, reuniu-se duas vezes, sendo a primeira para análise da Prestação de Contas do terceiro quadrimestre de 2020 e a segunda referente ao primeiro semestre² de 2021.

A Secretaria Executiva está vinculada diretamente a presidência para permitir o pleno funcionamento das atividades administrativas, programas, projetos e ações do Consórcio. Juntamente com a Secretaria Executiva, estão a Assessoria Contábil realizada pela empresa Inová Assessoria Contábil. A Assessoria Jurídica realizada pela empresa Tristão Assessoria. Ambas trabalham em sintonia com a Secretaria Executiva para otimizar os assuntos que envolvem ambas as assessorias.

A Assessoria e Consultoria para Gestão do Contrato de Repasse Nº 858709/2017/MMA³/CAIXA e captação de recursos foi realizada pela empresa

¹ As reuniões ordinárias nos meses de março e agosto, são previstas para a apreciação da PCA do ano anterior a ser submetida ao TCEES e para deliberação do orçamento do ano seguinte, respectivamente.

² A Prestação de Contas era apresentada ao Conselho Fiscal por quadrimestre até 2020. Em 2021 foi alterado para semestre.

³ Ministério do Meio Ambiente (MMA).



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

Captar Assessoria e Consultoria em Gestão Pública. Em 2021 foram submetidas propostas para captação de recursos em três editais, sendo eles: Edital de Emendas 2021 – Felipe Rigoni, Edital Emendas Gandini 2021, Edital de Chamamento Público Nº02/2021 SNSH-MDR. Dessas, foram aprovadas duas:

- ✓ Edital de Emendas 2021 – Felipe Rigoni, 2ª etapa do Projeto Cultivar, no valor de R\$ 1.031.001,00 (Um milhão, trinta e um mil e um reais). O recurso será repassado por meio do MDR com interveniência da Caixa Econômica Federal (CEF);
- ✓ Edital de Chamamento Público Nº02/2021 SNSH/MDR, para ampliação do Projeto Cultivar, no valor de R\$ 1.971.668,82 (Um milhão, novecentos e setenta e um mil, seiscentos e oito reais e oitenta e dois centavos). Os projetos selecionados comporão um banco de projetos do Programa Águas Brasileiras de ações de revitalização de bacias hidrográficas, incluindo ações de preservação e recuperação ambiental, nas bacias hidrográficas para todo o território brasileiro, a serem disponibilizadas para o apoio do setor privado.

Além das propostas para captação de recursos, o Projeto Cultivar, em execução com o recurso no âmbito do Programa Produtor de Águas da ANA foi apresentado ao Edital de Chamamento Nº 01/2021 do Comitê Gestor do Selo Aliança pelas Águas Brasileiras com objetivo de obter o Selo Aliança pelas Águas Brasileiras. O Consórcio foi habilitado a receber o Selo que será entregue em março de 2022, em cerimônia em Brasília.

Em relação aos processos licitatórios ressaltamos que as contratações para funcionamento do Consórcio enquadram-se, em sua maioria, como dispensa de licitação. Já quando se trata de atividades finalísticas, foram realizados:

- ✓ Tomada de Preço nº 001/2021: objetivando a contratação de empresa para execução de serviços de conservação de água e solo nos municípios de Baixo Guandu, Brejetuba e Laranja da Terra/ES, com recursos advindos do Contrato de Repasse nº



858709/2017/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA)/ CAIXA;

- ✓ O Pregão Presencial nº 001/2021: objetivando o registro de preços para futuras contratações de empresa especializada em prestação de serviços de CONSULTORIA AMBIENTAL (Elaboração de estudos, projetos, publicações, entre outros.), desde a formalização do requerimento inicial até a obtenção da Licença Ambiental, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, para os municípios consorciados.

O Consórcio tem como missão “*Articular e desenvolver ações conjuntas de proteção e conservação dos recursos naturais nos municípios de atuação, integrando os diversos setores da sociedade e visando o fortalecimento da gestão ambiental.*” Está firmado nos valores: **Integração, Comprometimento, Persistência, Superação e Ética**. Com a visão de “*Ser reconhecido como agente articulador de integração de políticas públicas nos municípios de atuação até 2020.*”

ÁREAS DE ATUAÇÃO

1. Recuperação Ambiental

A recuperação ambiental é a área que motivou a criação do Consórcio, com foco na “produção” e manutenção da água no ambiente. Focamos aqui nos programas e projetos que o Consórcio articula e executa.

1.1 Programa Reflorestar: Atua como parceiro executor, como consultor do Banded, para o monitoramento e elaboração de projetos técnicos no âmbito do Programa. A carteira de projetos de responsabilidade do Consórcio é composta de 143 projetos distribuídos em Afonso Cláudio (58), em Brejetuba (78) e em Conceição do Castelo (07).



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

1.1.1 Mobilização do Edital 2021: Foram realizadas reuniões com atores estratégicos e visitas à produtores rurais dos municípios consorciados para a divulgação da Portaria SEAMA 011-R que trata do Edital do Programa Reflorestar – Ciclo 2021 Os cadastros realizados foram submetidos a coordenação do Programa para habilitação ao Consórcio a elaboração do projeto.

1.1.2 Formação:

- ✓ Reunião com os consultores do Bandes para apresentação da minuta da nova Portaria do Programa Reflorestar pela SEAMA;
- ✓ Treinamento Programa Reflorestar – Módulo I “*Informações sobre o lançamento do Edital 2021.*”;
- ✓ Treinamento Programa Reflorestar – Módulo I “*Informações gerais sobre o lançamento do Edital 2021.*”;
- ✓ Treinamento para elaboração do CAR com IDAF;
- ✓ Treinamento para uso da ferramenta Q-Gis com IFES Campus Santa Teresa.

1.2 Projeto Cultivar: Ao concluir os serviços previstos do Contrato de Repasse nº 858709/2017, houve um saldo residual no valor de R\$ 213.596,03. Para que esse recurso não fosse devolvido a União, o Consórcio apresentou à Caixa o pedido de reprogramação de saldo conforme informações abaixo:

Municípios	Nº de propriedades	Valor dos PIPs (R\$)	Contrapartida (R\$)
Baixo Guandu	04	64.940,30	9.177,11
Brejetuba	10	129.136,74	18.255,35
Laranja da Terra	11	54.680,32	7.728,87
TOTAL	25	248.757,36	35.161,33
Valor do MDR (R\$)		213.596,03	

Tabela 01: Reprogramação Projeto Cultivar.

O Projeto Cultivar tem como objetivo desenvolver ações de conservação de água e solo em propriedades rurais dos municípios de Baixo Guandu,



Brejetuba e Laranja da Terra. Para execução dos quantitativos acima foram realizadas as seguintes atividades:

- ✓ Chamamento Público dos produtores rurais Chamamento Público dos produtores rurais;
- ✓ Vistorias para elaboração dos PIPs;
- ✓ Estaqueamento para demarcação dos pontos de construção das práticas mecânicas;
- ✓ Submissão dos PIPs à CEF;
- ✓ Licitação;
- ✓ Ordem de Serviço à empresa vencedora do certame.

1.2.1 Unidade de Gestão do Projeto (UGP) Cultivar: Foram realizadas três reuniões da unidade gestora do Projeto afim de tratar de assuntos relevantes da execução do mesmo.

1.2.2 Atividades de Comunicação e Mobilização:

- ✓ Encontro Virtual com produtores rurais que a modalidade de SAF no âmbito do Projeto Cultivar (Baixo Guandu, Brejetuba e Laranja da Terra) e Programa Reflorestar (Conceição do Castelo);
- ✓ Formação Continuada sobre Manutenção e Prevenção de acidentes com máquinas pesadas, de terraplanagem e tratores agrícolas para operadores;
- ✓ “Projeto Cultivar em evidência” – Entrega das camisas com fator de proteção solar do Projeto, patrocinadas pelo Sicoob (Agência Brejetuba) aos participantes do Projeto nos municípios de Baixo Guandu, Brejetuba e Laranja da Terra.

1.2.3 Monitoramento das ações de restauração (cercamento, regeneração natural (REG), sistema agroflorestal (SAF)) e práticas mecânicas (caixas secas, barraginhas e terraços) dos Projetos Individuais de Propriedade (PIP) no âmbito do Projeto Cultivar nos municípios de Baixo Guandu, Brejetuba e Laranja da Terra.



1.3 Projeto Águas de Março: Foi realizado um momento de entrega orientada dos PIPs aos proprietários que aderiram o Projeto no município de Conceição do Castelo.

1.4 Projeto Barraginhas: O Consórcio articulou junto aos órgãos de Estado, SEAMA e INCAPER a execução do Projeto nos municípios consorciados. Para isso foram realizadas reuniões de apresentação do Projeto aos 5 municípios e uma Visita de Campo ao município de Atilio Vivácqua, referência no Projeto. A equipe do Consórcio participou de dois Workshops promovidos pelo SEAMA e dará apoio na elaboração dos projetos técnicos aos municípios que aderirem ao Projeto.

1.5 Articulação de Compensação Ambiental: Em 2021 deu continuidade de articulação com a empresa Alupar sobre Compensação Ambiental e Reposição Florestal referente ao licenciamento ambiental da Linha de Transmissão 500 Kv Governador Valadares 6 – Mutum – Rio Novo do Sul, conhecida como Linha Caminho do Café. No corrente exercício a empresa atendeu a demanda do município de Conceição do Castelo, equipamentos para beneficiamento do material reciclável que foi cedido a associação local. Juntamente com o município foram levantadas áreas para aquisição e ampliação do PNM Berra Onça e apresentação de proposta de Plano de Trabalho para elaboração de Plano de manejo e estruturação da mesma.

2. Gestão Ambiental

Área de atuação das atividades técnicas e administrativas que envolvem a utilização dos recursos naturais, com destaque para o Licenciamento Ambiental Municipal, onde o Consórcio atua como corpo técnico aos municípios consorciados. Há também o apoio aos consorciados na Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos no que tange o atendimento as Autorizações Ambientais (AA) solicitadas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA) para regularização das áreas de disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos (RSU).

2.1 Resíduos Sólidos: Seguem as atividades realizadas:



- ✓ Apoio jurídico para possibilidades de contratação e para treinamento da nova Associação de Catadores de Conceição do Castelo;
- ✓ Vistoria das áreas de disposição final irregular de resíduos sólidos desativadas nos municípios de Brejetuba, Laranja da Terra, Itaguaçu e Baixo Guandu, respectivamente, para elaboração dos produtos: 1) Relatório Fotográfico; 2) Relatório de Avaliação Preliminar; e 3) Ficha de Controle, em atendimento às Autorizações Ambientais (AA) N° 0085/2020-CQAI-DT– Marapé, N° 007/2021-CQAI-DT– Vendinha, N° 0050/2020-CQAI-DT– ES 260, KM 01, N° 0050/2020-CQAI-DT – Lírio do Campo e N° 031/2021-CQAI-DT Baixo Guandu, respectivamente;
- ✓ Reunião sobre Autorizações Ambientais de áreas de destinação irregular de resíduos sólidos urbanos (RSU) com diversos municípios do Estado do Espírito Santo (ES), Consórcios Públicos Intermunicipais e a Coordenação de áreas contaminadas do IEMA;
- ✓ Apoio ao município de Conceição do Castelo na gestão do contrato com a empresa contratada para atendimento aos demais produtos das autorizações ambientais;
- ✓ “Associação de Catadores, nós apoiamos!” – Bate papo sobre Educação Financeira pelo Sicoob com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis dos municípios de Brejetuba, Itaguaçu e Laranja da Terra;
- ✓ “Associação de Catadores, nós apoiamos!” – Bate papo sobre a importância do trabalho pelo Consórcio com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Conceição do Castelo e de Baixo Guandu.

2.1.1 Momentos de formação:

- ✓ Webinar Manifesto de Transporte de Resíduos e Licenciamento de atividades de transporte – Dúvidas frequentes;
- ✓ Encontros Técnicos de Gerenciamento de Áreas Contaminadas II
CURSO DE INTRODUÇÃO AO GAC ÓRGÃOS AMBIENTAIS;
- ✓ Webinar Desafios para implementação da Logística Reversa no ES;
- ✓ Bate papo com a CNM – Cobrança pelo manejo de resíduos sólidos urbanos (RSU);



- ✓ Novo Marco Legal do Saneamento – Regulação;
- ✓ Curso de Introdução ao Gerenciamento de Áreas Contaminadas.

2.2 Licenciamento Ambiental Municipal: A implementação e execução do Licenciamento Ambiental nos municípios consorciados é constante, pois apresenta-se como processo dinâmico. Para isso, foram articuladas e realizadas ações para o fortalecimento da Gestão Ambiental, descritas a seguir:

2.2.1 Momentos de formação:

- ✓ Live Prodnorte: Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Minerários;
- ✓ Videoconferência com representantes do CREA e CRBio ofertada pelo Consórcio Prodnorte;
- ✓ Curso: A importância da municipalização ambiental, sua fiscalização e a estrutura administrativa de apoio ao Meio Ambiente, ministrado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) em parceria com o Instituto Paulo Ziulkoski (IPZ);
- ✓ Webinar “Licenciamento Ambiental: Reflexões e Perspectivas”;
- ✓ Webinar “Lei de Licenciamento Ambiental e o Papel dos Concursos Públicos”;
- ✓ Webinar “Licenciamento Ambiental Municipal – Desafios e Oportunidades”.

2.2.2 Ações de Comunicação e Mobilização:

- ✓ Webinar com consultores ambientais;
- ✓ Reunião de alinhamento sobre a implantação do novo modelo de Licenciamento Ambiental na modalidade consorciada com a equipe das secretarias municipais;
- ✓ Reunião sobre drones como ferramentas para ações de gestão ambiental;
- ✓ Visita para apresentação teórica do funcionamento de Drone – Agrotop;



- ✓ Reuniões (semestral) de alinhamento e fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal com os municípios.

2.2.3 Participação em reuniões:

- ✓ Reunião para atualização do modelo de Licenciamento Ambiental praticado pelo CIMVI;
- ✓ Lançamento do Aprova Digital do CIMVI;
- ✓ Reunião entre a SEAMA e a ANAMMMA-ES sobre a atualização da lista de impacto local;
- ✓ Reuniões do GT ANAMA-ES;
- ✓ Reunião com o Ministério Público Brejetuba;
- ✓ Reunião com Ministério Público para discussão de assuntos relacionados ao município de Conceição do Castelo;
- ✓ Reunião com o Ministério Público de Itaguaçu.

2.2.4 Reuniões do Câmara Técnica de Licenciamento Ambiental (CTLAM): O Grupo de Trabalho foi transformado em Câmara Técnica e foram realizadas duas reuniões.

2.2.5 Articulação de parceria: Houve o fortalecimento das parcerias existentes como IEMA, IDAF e Ministério Público. Além da articulação junto a SEAMA e acompanhamento das atividades do CIMVI. Foram realizadas visitas institucionais de articulação com atores estratégicos para capilaridade do Licenciamento Ambiental Municipal ao público alvo nos municípios consorciados.

2.2.6 Arcabouço legal construído conjuntamente: Foi regulamentado pela Resolução nº 04/2021 da IN nº 01/2021 o novo modelo, conforme figura abaixo:

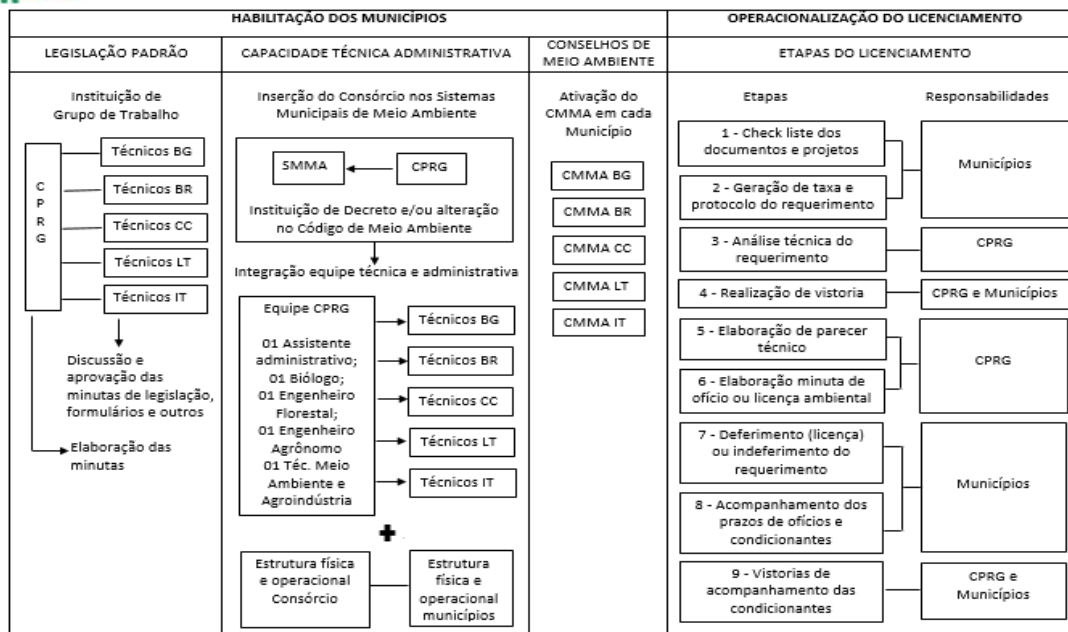


Figura 01: Modelo de Licenciamento Ambiental na modalidade consorciada.

2.2.7 Atendimento aos requerimentos de Licenciamento Ambiental Municipal⁴:

As tabelas abaixo expressam a dinâmica do instrumento de gestão nos municípios consorciados e o desempenho do processo para emissão das licenças ambientais. É possível observar a arrecadação de cada município com as taxas de licenciamento. Além das taxas arrecadadas, vale ressaltar que o licenciamento das obras públicas municipais que enquadram-se como atividade de impacto local o município deixa de pagar, dessa forma, tendo uma economia, ou seja, contribuindo para o pagamento no valor do rateio ao Consórcio.

Segue abaixo tabela que reflete os números de requerimentos de licenciamento ambiental atendidos, por município, desde a data de habilitação do município até março de 2022.

Municípios	Início do licenciamento	Processos de licenciamento	Pareceres emitidos	Ofícios emitidos	Licenças emitidas	Arrecadação de taxas
Baixo Guandu	Nov/2018	123	187	116	99	116.215,77
Brejetuba	Jul/2018	124	140	99	91	114.875,69
Conceição	Set/2018	151	262	244	109	114.743,47

⁴ Dados referentes a 2021.



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

Itaguaçu	Jan/2019	72	124	91	63	80.929,16
Laranja da Terra	Dez/2018	30	62	49	29	26.383,88
TOTAL		500	775	599	391	453.147,55

Tabela 02: Número de atendimentos aos requerimentos de Licenciamento Ambiental em 2021.

2.2.8 Apoio à Fiscalização Ambiental: Embora o poder de polícia é de competência do município, o Consórcio oferece apoio à fiscalização ambiental com intuito de contribuir para o fortalecimento da Gestão Ambiental nos municípios consorciados.

A atuação na Fiscalização deu-se por dois objetivos: Regularização ambiental dos empreendimentos não licenciados nos cinco municípios consorciados; Acompanhamento do cumprimento de condicionantes em alguns dos empreendimentos licenciados; Vistorias e elaboração de relatórios em atendimento ao Ministério Público dos municípios, especialmente de Brejetuba e Conceição do Castelo.

3. Articulação Institucional

A articulação de novas parcerias, um dos objetivos estratégicos contribui com os interesses comuns dos entes consorciados para celebração de parcerias (técnica, financeira e institucional) que visam a promoção de programas e projetos, desenvolvimento de ações propostas no Plano Anual e estabelecimento de relações institucionais especialmente na área de meio ambiente, mas também naquelas afins como educação, saúde, agricultura, entre outras.

Além disso, a articulação institucional está atrelada a representação institucional nas instituições participativas⁵ (IPs) (conselhos e comitês) e

⁵ Instâncias Participativas (IPs): formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas (AVRITZER, 2008, p. 45).



apresenta-se como uma excelente estratégia de fortalecimento das ações ambientais e integração das políticas públicas.

Os Comitês são órgãos colegiados que compõem o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (SINGREH), em âmbito federal, e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo (SIGERH), em âmbito estadual, conforme a Lei Federal nº 9.433/97 e a Lei Estadual nº 10.179/2014, respectivamente.

Os Conselhos também são órgãos colegiados, de natureza deliberativa ou consultiva formados por diferentes atores da sociedade (governo, empresariado e sociedade civil) que lidam com temas relacionados ao meio ambiente e que integram a estrutura dos órgãos locais do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), conforme artigo 6º da Lei nº. 6.938/1981, da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA).

3.1 Representação e Representatividade: O Consórcio possui acento em Comitês e Conselhos no segmento Poder Público ou Sociedade Civil com o objetivo de fortalecer as discussões nesses espaços de decisão democrática. As IPs que o Consórcio está representado são:

- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH DOCE): Possui abrangência interestadual, Minas Gerais e Espírito Santo, formado por membros que participam dos comitês dos rios afluentes do Rio Doce. Em 2021 participou de seis reuniões.
- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Guandu (CBH GUANDU): O Consórcio apoia a Secretaria Executiva do CBH Guandu e é membro no segmento Poder Público. Em 2021 foram realizadas quatro reuniões.
- ✓ Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Itapemirim (CBH ITAPEMIRIM): O Consórcio é suplente da Prefeitura de Conceição do Castelo e participou de quatro reuniões em 2021. Além disso, participou da Câmara Técnica do Plano de Recursos Hídricos (CTPlano).
- ✓ Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH – ES): O Conselho compõe o SIGERH e o Consórcio possui acento como Organização civil



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

de Recursos Hídricos (ONGs RH) com um membro titular e um suplente. Em 2021 participou em cinco reuniões. E participou das Câmaras Técnicas do Progestão e do Procomitês.

- ✓ Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saneamento Básico: O Consórcio Público Rio Guandu possui acento com um conselheiro titular e um suplente em todos os municípios consorciados, exceto do município de Itaguaçu, porém, atende as solicitações do presidente do Conselho. O Consórcio exerceu sua função como membro, dos demais conselhos, conforme previsto no Regimento Interno dos referidos conselhos, conforme quadro abaixo:

Conselho	Município	Nº de reuniões que participou.
COMDEMASB ⁶	Baixo Guandu	02
COMDEMASB	Brejetuba	00
CONDEMAS ⁷	Conceição do Castelo	03
COMMA ⁸	Itaguaçu	01
COMMARSA ⁹	Laranja da Terra	00

Tabela 03: Participação nos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Saneamento Básico.

Vale destacar que a participação nos conselhos foi estimulada, especialmente, pela atuação do Consórcio no Licenciamento Ambiental Municipal, pois o pleno funcionamento dos mesmos é prerrogativa para a habilitação para o Licenciamento Ambiental Municipal e a Fiscalização.

3.2 Articulação de novas parcerias: Considerando o 1º ano do mandato dos prefeitos eleitos, foram realizadas visitas/reuniões institucionais aos municípios de Baixo Guandu, Brejetuba e Itaguaçu. Além desses, aos municípios de Afonso Cláudio e Itarana para apresentação da atuação do Consórcio. O Consórcio primou pelo fortalecimento das parcerias já existentes como INCAPER, IFES, TNC, IDAF, entre outros. E articulou diálogo para possíveis

⁶ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento Básico (COMDEMASB).

⁷ Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Saneamento Básico (CONDEMAS).

⁸ Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMMA).

⁹ Conselho Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento Básico (COMMARSA).



CONSÓRCIO PÚBLICO RIO GUANDU

Baixo Guandu - Brejetuba - Conceição do Castelo - Itaguaçu - Laranja da Terra

parcerias com Deputado Quintino, SEAG, Labgest/TWRA, UFES/AGERHentre outros.

3.3 Participação em reuniões/eventos/cursos: O Consórcio participou de reuniões, eventos e cursos que trataram de assuntos afins a sua área de atuação que contribui para formação da equipe técnica, articulação de novas parcerias e intercâmbio de experiências.

ANA PAULA ALVES BISSOLI
SECRETÁRIA EXECUTIVA